



Conteúdo de acordo com o Edital complementar Nº 01/2026 Questões gabaritadas do Instituto Verbená



TEORIA E EXERCÍCIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALPARAÍSO DE GOIÁS-GO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

- ✓ Língua Portuguesa
- ✓ Raciocínio Lógico-matemático
- ✓ Políticas e Legislação Educacional
- ✓ Conhecimentos Específicos
- ✓ Redação Discursiva (On-line)
- ✓ Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Município de Valparaíso (On-line)

DE ACORDO COM O EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01/2026



Prefeitura Municipal de Valparaíso de Goiás

VALPARAÍSO-GO

Professor de Educação Básica – Educação Infantil e Anos Iniciais

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo *Professor de Educação Básica – Educação Infantil e Anos Iniciais* de acordo com o *Edital Complementar nº 01/2026*, da *Prefeitura Municipal de Valparaíso de Goiás - GO*.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca *Instituto Verbena*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de *Redação Discursiva e Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Município de Valparaíso* disponíveis em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

**POR QUE
ADQUIRIR
A VERSÃO
COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS.....	9
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	15
INFERÊNCIA	15
■ VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	18
GEOGRÁFICA	18
SOCIOCULTURAL.....	18
ESTILÍSTICA	18
HISTÓRICA.....	18
■ GRAMÁTICA NORMATIVA	19
ACENTUAÇÃO.....	19
■ MECANISMOS DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS NOS TEXTOS.....	20
POLISSEMIA	20
IRONIA.....	20
COMPARAÇÃO	21
AMBIGUIDADE	21
CITAÇÃO.....	21
PRESSUPOSTO	21
■ MECANISMOS DE COESÃO E COERÊNCIA.....	22
■ SEQUÊNCIAS TEXTUAIS	27
NARRATIVA.....	27
DESCRITIVA	29
EXPOSITIVA	29
INJUNTIVA.....	30
ARGUMENTATIVA.....	31
■ TIPOS DE ARGUMENTO.....	32
■ CLASSIFICAÇÃO GRAMATICAL	32

■ PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS.....	49
■ FENÔMENOS GRAMATICAIS E CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS NA LÍNGUA PORTUGUESA.....	54
■ RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO.....	56
■ CONCORDÂNCIA E REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	60
■ PONTUAÇÃO	64
 RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	 75
■ LÓGICA E RACIOCÍNIO LÓGICO	75
PROPOSIÇÃO LÓGICA SIMPLES	75
PROPOSIÇÃO LÓGICA COMPOSTA E OPERADORES LÓGICOS.....	78
TABELA VERDADE.....	80
TAUTOLOGIA.....	81
CONTRADIÇÃO	82
CONTINGÊNCIA.....	82
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO.....	83
■ EQUIVALÊNCIAS E NEGAÇÕES.....	83
■ CONJUNTOS, SUBCONJUNTOS E OPERAÇÕES BÁSICAS DE CONJUNTO	94
■ NOÇÕES DE ESTATÍSTICA: TABELAS E GRÁFICOS	102
■ MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL.....	106
MÉDIA.....	106
MODA.....	106
MEDIANA.....	107
■ GRANDEZAS PROPORCIONAIS, RAZÃO E PROPORÇÃO	107
JUROS SIMPLES.....	111
JUROS COMPOSTOS.....	113
REGRA DE TRÊS	114
PORCENTAGEM	118

POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.....	123
■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (ART. 205 A 214): DIREITO À EDUCAÇÃO, PRINCÍPIOS DO ENSINO, GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO, DEVER DO ESTADO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO.....	123
■ MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO.....	127
■ LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI Nº 9.394/1996).....	128
■ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 8.069/1990).....	155
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC).....	209
FUNDAMENTOS LEGAIS	209
COMPETÊNCIAS GERAIS	210
PRINCÍPIOS.....	211
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	211
■ EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL.....	221
LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI Nº 13.146/2015), INCLUSÃO ESCOLAR E ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE EDUCACIONAL.....	221
OBRIGATORIEDADE DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA (LEI Nº 10.639/2003), POSTERIORMENTE AMPLIADA PELA LEI Nº 11.645/2008, QUE INCLUIU A OBRIGATORIEDADE DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA.....	243
■ TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO: INCLUSÃO DIGITAL, ACESSO A TECNOLOGIAS DIGITAIS E EDUCAÇÃO DIGITAL ESCOLAR (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL – LEI Nº 14.533/2023).....	247
■ LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS (SEÇÃO V, CAPÍTULO III – DA EDUCAÇÃO), TEXTO PROMULGADO EM 06 DE OUTUBRO DE 1999, COM ALTERAÇÕES PELAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 1/2001 A 56/2025, ATÉ 11 DE JUNHO DE 2025	252
■ PLANO DE CARGO, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E OUTRAS PROVIDÊ.....
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	259
■ HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	259
EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE, SOCIEDADE MEDIEVAL, SOCIEDADE MODERNA, ORIGEM DA ESCOLA PÚBLICA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	259
■ PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	260
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP), PLANEJAMENTO ESCOLAR, PLANO DE CURSO, PLANO DE ENSINO E PLANO DE AULA.....	260

■	INTEGRAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) AO PLANEJAMENTO E À PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	261
■	PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA, DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE NO PROCESSO EDUCATIVO.....	268
■	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	269
	Avaliação Diagnóstica	269
	Avaliação Formativa	269
	Avaliação Somativa	270
	ESTRATÉGIAS DE RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	270
■	TEORIAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, AFETIVO, SOCIAL E PSICOMOTOR NA INFÂNCIA	271
	ABORDAGEM COMPORTAMENTAL E CONSTRUTIVISTA (PIAGET).....	271
	ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA (VIGOTSKI)	272
■	RELAÇÃO ENTRE ENSINO E APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS	273
	ENSINO DE ARTE E MÚSICA	276
■	ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA.....	277
■	PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM: RELAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA NOS ANOS INICIAIS.....	279
	INTERDISCIPLINARIDADE E INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO: MÉTODOS, TÉCNICAS E ESTRATÉGIAS DIVERSIFICADAS DE ENSINO	280
	ARTICULAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO COM O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).....	281
■	ENSINO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	284
■	ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA, CIÊNCIAS, HISTÓRIA E GEOGRAFIA	285
■	INTEGRAÇÃO ENTRE CONTEÚDOS ESCOLARES, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E VIVÊNCIAS SOCIOCULTURAIS	289
	ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ENSINO	291
	AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	292

LÍNGUA PORTUGUESA

CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS

O que são os gêneros textuais? Quando pensamos em uma definição para gêneros textuais, somos levados a inúmeros autores que buscaram definir e classificar esses elementos.

Inicialmente, é interessante nos lembrarmos dos gêneros literários que estudamos na escola. Podemos nos remeter ao conceito de tragédia e comédia, referindo-nos aos clássicos da literatura grega. Afinal, quem nunca ouviu falar das histórias da *Ilíada* ou da *Odisseia*, ambas de Homero? Mas o que esses textos têm em comum? Você pode ser levado a pensar que nada, além do fato de terem sido escritos pelo mesmo autor; porém, a estrutura dessas histórias respeita um padrão textual estabelecido e reconhecido na época em que foram escritas.

De maneira análoga, quando pensamos em gêneros textuais, devemos buscar identificar os elementos que caracterizam textos aparentemente tão diferentes. Assim como comparamos as estruturas de *Ilíada* e *Odisseia*, é preciso buscar as semelhanças entre uma notícia e um artigo de opinião, por exemplo, e também identificar as razões que nos levam a classificar cada um desses gêneros com termos diferentes.

Importante!

Esse ponto de interseção é o que podemos estabelecer como os principais aspectos de classificação de um gênero textual.

Dessa forma, conforme Maingueneau (2018, p. 71), o ponto de interseção que estabelece sobre qual gênero estamos tratando é indicado por:

[...] rotinas de comportamentos estereotipados e anônimos que se estabilizaram pouco a pouco, mas que continuam sujeitos a uma variação contínua.

Logo, o primeiro elemento que precisamos identificar para classificar um gênero é o papel social, marcado pelos comportamentos e pelas “rotinas” humanas típicas de quem vive em sociedade e, portanto, precisa se fazer compreender tão bem quanto ser compreendido.

Esse é, sem dúvidas, o elemento que melhor diferencia tipos e gêneros textuais, uma vez que os tipos textuais **não** têm apelo ao ambiente social e são muito mais identificáveis por suas marcas linguísticas. O fator social dos gêneros textuais também direcionará outros aspectos importantes na classificação desses elementos. Justamente devido à dinâmica social em que estão inseridos, os gêneros são passíveis de alterações em sua estrutura.

Tais alterações podem ocorrer ao longo do tempo, tornando o gênero completamente modificado, como ocorreu com as cartas pessoais e os e-mails, por exemplo; ou podem ser alterações pontuais, que se prestam a uma finalidade específica e momentânea, como aconteceu com o anúncio, apresentado a seguir, de 2005, da loja O Boticário:



Fonte: Wordpress (2013).

O gênero anúncio apresenta uma clara referência ao gênero contos de fada; porém, a estrutura desse gênero, que é predominantemente narrativo, foi modificada para que o propósito do anúncio fosse alcançado, ou seja, persuadir o leitor e levá-lo a adquirir os produtos da marca.

No caso do gênero anúncio publicitário, usar outros gêneros e modificar sua estrutura básica é uma estratégia estabelecida a fim de que a principal função do anúncio se cumpra, qual seja: vender um produto.

A partir desses exemplos, já podemos enumerar mais algumas características comuns a todos os tipos de gêneros textuais: a presença de aspectos sociais e o propósito de um gênero — para alguns autores, como Swales (1990), denominado **propósito comunicativo**.

Segundo esse autor, os gêneros têm a função de realizar um objetivo ou objetivos; assim, ele sustenta que o propósito comunicativo é o critério de maior importância, pois é o que motiva uma ação e está vinculado ao poder do autor.

Além disso, um gênero textual, para ser identificado como tal, é amparado por um protótipo textual, o qual também pode ser reconhecido como estereótipo textual, que resguarda características básicas do gênero.

Por exemplo, ao olharmos para o anúncio mencionado anteriormente, identificamos traços do gênero contos de fada tanto na porção textual do anúncio, que começa com a frase “Era uma vez [...]”, quanto nas imagens, que remetem ao conto “Branca de Neve”.

Tais marcas, sobretudo as linguísticas, auxiliam os falantes de uma comunidade a reconhecer o gênero e também a escrevê-lo quando necessário. Isso torna a característica da prototipicidade tão importante no reconhecimento e na classificação de um gênero.

Ademais, os traços estereotipados de um gênero devem ser reconhecidos por uma comunidade, reafirmando o teor social desses elementos e estabelecendo a importância de um indivíduo adquirir o hábito da leitura, pois, quanto mais se lê, a mais gêneros se é exposto.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

LÓGICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

VALORES LÓGICOS

Na lógica, temos apenas dois valores lógicos: **verdadeiro** ou **falso**. Quando temos uma declaração verdadeira, o seu valor lógico é **Verdade** (V); quando é falsa, dizemos que seu valor lógico é **Falso** (F).

ESTRUTURA LÓGICA

A Negação com o Conectivo “não”

Representação simbólica: $(\sim p)$ ou $(\neg p)$.

Sabemos que o valor lógico de “p” e “ $\sim p$ ” são opostos, isto é, se p é uma proposição verdadeira, “ $\sim p$ ” será falsa, e vice-versa.

Exemplo:

- p: “Matemática é difícil.”;
- $(\sim p)$ ou $(\neg p)$: “Matemática não é difícil.”

Outras maneiras de negar uma proposição, que têm aparecido com frequência nas provas de concursos, são:

- “Não é verdade que matemática é difícil.”;
- “É falso que matemática é difícil.”

Conjunção (Conectivo “e”)

Representação simbólica: \wedge

Exemplos:

Na linguagem natural:

O macaco bebe leite **e** o gato come banana.

Na linguagem simbólica: $p \wedge q$

Sendo:

- p: o macaco bebe leite.
- q: gato come banana.

Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)

Representação simbólica: \vee

Exemplos:

Na linguagem natural:

Maria é bailarina **ou** Juliano é atleta.

Na linguagem simbólica: $p \vee q$

Sendo:

- p: Maria é bailarina.
- q: Juliano é atleta.

Disjunção Exclusiva (Conectivo “Ou...ou”)

Representação simbólica: \veebar

Exemplos:

Na linguagem natural:

Ou o elefante corre rápido, **ou** a raposa é lenta.

Na linguagem simbólica: $p \veebar q$

Sendo:

- p: o elefante corre rápido.
- q: a raposa é lenta.

Condicional (Conectivo “se... então”)

Representação simbólica: \rightarrow

Exemplos:

Na linguagem natural:

Se estudar, **então** vai passar.

Na linguagem simbólica: $p \rightarrow q$

Sendo:

- p: estudar.
- q: vai passar.

Bicondicional (Conectivo “se, e somente se,”)

Representação simbólica: \leftrightarrow

Exemplos:

Na linguagem natural:

Bino vai ao cinema **se, e somente se**, ele receber dinheiro.

Na linguagem simbólica: $p \leftrightarrow q$

Sendo:

- p: Bino vai ao cinema.
- q: ele receber dinheiro.

PROPOSIÇÃO LÓGICA SIMPLES

Observe a frase a seguir:

Paula vai à praia.

Para saber se temos ou não uma proposição, precisamos de três requisitos fundamentais:

- **Ser uma oração:** é uma frase com verbo;
- **Oração declarativa:** a frase precisa apresentar uma situação, um fato;
- **Pode ser classificada como Verdadeira ou Falsa:** ou seja, podemos atribuir o valor lógico verdadeiro ou o valor lógico falso para a declaração.

Tendo isso em vista, podemos afirmar claramente que a frase “Paula vai à praia” é uma proposição lógica, pois temos a presença de um verbo (ir), uma informação completa (temos o sujeito claro na oração) e podemos afirmar se é verdade ou falsa.

POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (ART. 205 A 214): DIREITO À EDUCAÇÃO, PRINCÍPIOS DO ENSINO, GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO, DEVER DO ESTADO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

I EDUCAÇÃO

Consagrada no art. 205 da Constituição, a educação é direito de todos e dever do Estado, sendo promovida com colaboração da sociedade com o objetivo de preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e para o trabalho pela melhoria de suas qualificações.

Art. 205 *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Os princípios do ensino estão consagrados no Texto Constitucional, no art. 206, e são os seguintes:

Art. 206 *O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade;

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal;

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para

a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Ainda, o parágrafo único do mencionado dispositivo determina que a lei deve dispor sobre os profissionais da educação e sobre a adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

As universidades devem obediência ao princípio de indissociabilidade¹ entre ensino, pesquisa e extensão, bem como têm autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Nos termos:

Art. 207 *As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.*

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Dica

Conforme a Súmula Vinculante nº 12, a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o inciso IV, do art. 206, da Constituição Federal.

Conforme o art. 208 da CF, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

Art. 208 *O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:*

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Antes da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, a gratuidade do ensino apenas se aplicava ao ensino fundamental. A EC mencionada inovou ao estender a obrigatoriedade do ensino gratuito à toda a educação básica (infantil, fundamental e média).

Assim, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, sendo que seu não oferecimento, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

¹ Não pode ser separado nem desunido.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE, SOCIEDADE MEDIEVAL, SOCIEDADE MODERNA, ORIGEM DA ESCOLA PÚBLICA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A história da educação é o campo do conhecimento que estuda a trajetória da formação humana organizada em diferentes tempos e contextos sociais.

Compreender sua origem e evolução permite analisar as transformações culturais, políticas e pedagógicas que moldaram a escola, os currículos e os modelos de ensino ao longo do tempo.

Educação nas Sociedades Antigas

Nas comunidades primitivas, a educação era **oral, prática e comunitária**, transmitida por meio da convivência e dos rituais.

Com o surgimento das primeiras civilizações (Egito, Mesopotâmia, China, Índia), a educação passou a ser **formalizada** em instituições voltadas às elites políticas e religiosas.

Na **Grécia Antiga**, destacaram-se duas visões:

- **Esparta**: educação voltada ao militarismo e à obediência;
- **Atenas**: formação integral do cidadão, com foco em arte, filosofia e política.

Na **Roma Antiga**, a educação foi influenciada pela cultura grega, que tinha como base a retórica, o direito e a administração, com foco na formação cidadã.

● Idade Média: Educação e Fé

Durante a Idade Média, a educação foi dominada pela **Igreja Católica**, cujo objetivo era formar religiosos e manter a ordem teocêntrica. Os mosteiros, por exemplo, preservaram o conhecimento clássico.

No final da Idade Média, surgiram as primeiras universidades, voltadas a áreas como teologia, direito e medicina. Nesse contexto, a educação era restrita, baseada na memorização e acessível apenas a uma minoria letrada.

● Modernidade: Razão, Ciência e Escola Pública

A partir do Renascimento, do Iluminismo e da Revolução Industrial, a educação passou por uma grande transformação.

Autores como **Comenius** propuseram uma educação universal, graduada e estruturada em métodos racionais. Já **Rousseau**, no século XVIII, defendeu uma educação centrada no desenvolvimento natural do aluno.

A partir de então, a escola se torna parte do projeto moderno de civilização e nacionalismo, com o surgimento dos **sistemas públicos de ensino**, organizados pelo Estado para atender às demandas econômicas e sociais.

A História da Educação no Brasil

A educação no Brasil começou com a **ação catequizadora dos jesuítas** no período colonial, que era voltada aos indígenas. Com a expulsão dos jesuítas (1759), o ensino ficou desorganizado e se tornou elitista.

A partir da **República (1889)**, houve esforços para implantar uma educação pública, gratuita e laica, embora marcada por desigualdades.

No século XX, nomes como **Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Paulo Freire** contribuíram para o fortalecimento de uma educação democrática e popular.

Freire, em especial, propôs uma pedagogia crítica, dialógica e voltada à emancipação dos oprimidos.

A **Constituição, de 1988**, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — **LDB** (Lei nº 9.394, de 1996) e o **Plano Nacional de Educação** consolidaram o direito à educação como dever do Estado, com foco na qualidade social e na inclusão.

Desafios Contemporâneos

Atualmente, a educação enfrenta o desafio de ser mais **inclusiva, equitativa, significativa e crítica**, incorporando as novas tecnologias, valorizando a diversidade cultural e respondendo às demandas da sociedade do conhecimento.

A história da educação revela que os modelos escolares são sempre reflexos de projetos sociais, políticos e culturais e que a escola continua sendo um espaço estratégico de construção da cidadania e de transformação social.

Dica

Caso deseje se aprofundar no estudo sobre o tema, recomendamos o conjunto de vídeos “Pedagogia | História da Educação”, disponível no canal do YouTube da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP). Eles poderão te ajudar a saber mais. Basta acessar o link: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLxI8Can9yAH-eJzS74nP5F3woVrpxlYYz>.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. A. **História da educação**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

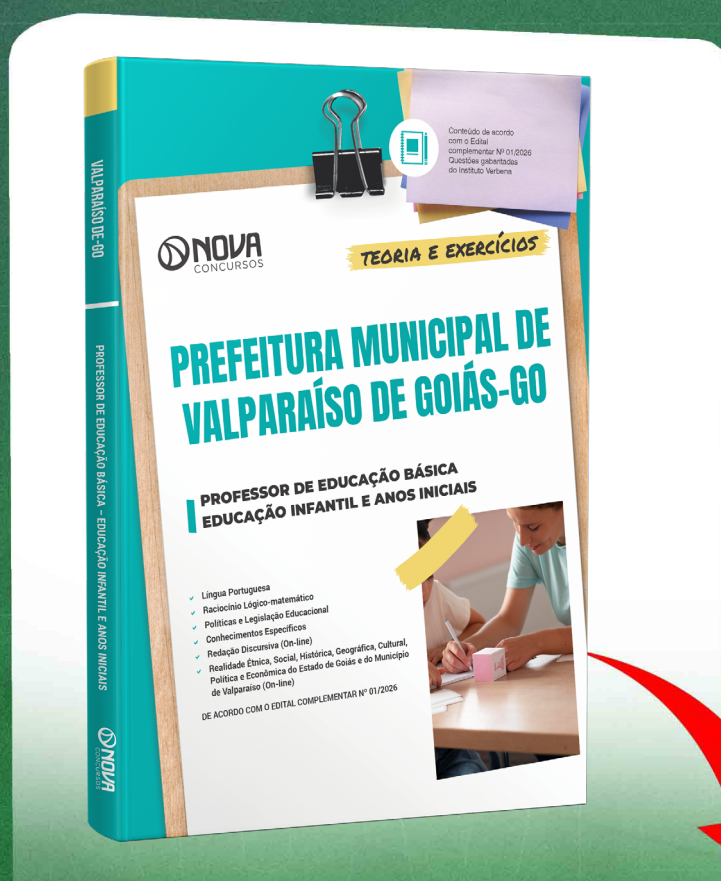
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

**799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021**

**92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022**

**213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022**

**337 APROVADOS
NO INSS 2022**



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO